

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Terceira Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0173255-79.2003.8.05.0001 Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível APELANTE: ENOQUE MERCES DE OLIVEIRA e outros (12) Advogado (s): PRISCILA AMARAL ALVES, DANIELE DE LIMA CARQUEIJA, BARTOLOMEU JOSE SERAFIM SENA GOMES APELADO: Celina Nascimento de Oliveira e outros (11) Advogado (s): ACORDÃO APELAÇÕES SIMULTÂNEAS. DIREITO ADMINISTRATIVO. APELO DOS AUTORES – POLICIAL MILITAR APOSENTADO E PENSIONISTAS. REINCORPORAÇÃO DA GHPM E FEASPOL. TEMA 3. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. CARACTERIZADA. AJUIZAMENTO FORA DO PRAZO PRESCRICIONAL. APELO DO ESTADO DA BAHIA. SENTENÇA DETERMINOU A IMPLANTAÇÃO DA GAP III. PRESCRIÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SENTENÇA MANTIDA. APELOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA. 1. Na hipótese dos autos, cinge-se a controvérsia quanto ao direito a reincorporação da GHPM e FEASPOL. Aplica-se ao presente caso a prescrição do fundo do direito, vez que os Autores ajuizaram a ação fora do prazo de cinco anos contados da edição da Lei n.º 7.145/97, de 19/08/1997, pois de acordo com a chancela da petição inicial (ID 19197832, fls. 3) a presente ação foi ajuizada em 18/12/2003, ultrapassando o prazo quinquenal, previsto no art. 1.º, do Decreto n.º 20.910/32. Matéria pacificada no Tema 3 do IRD deste Tribunal. 2. Em suas razões recursais, o Estado da Bahia sustentou, em caráter preambular, a prescrição do fundo de direito. Contudo, diversamente do quanto afirmado pelo recorrente, a percepção da gratificação da GAP III, arbitrada na sentença, não compreende a edição de ato único, mas a percepção contínua de vantagem pecuniária. 3. A gratificação de atividade policial (GAP) foi instituída pela Lei n.º 7.145/97, a ser paga aos policiais militares da ativa, com o objetivo de compensar o exercício de atividade profissional de policiamento e os riscos dela decorrente, regulamentando-se, pelo Decreto n.º 6.749/97, o deferimento e progressão da vantagem nos níveis I a III. 4. Adotando-se o entendimento consolidado nesta Corte de Justiça, ressalta-se a natureza genérica da GAP, extensível a todos os policiais militares ativos, restando cabível seu deferimento no caso em tela, mormente quando se verifica a inércia da Administração Pública quanto à adoção dos procedimentos administrativos indispensáveis ao cumprimento das regras e cronogramas insertos na própria Lei n.º 12.566/2012. 5. A partir da EC18/98, os militares passaram a integrar categoria própria de agentes públicos, desvinculando-se do regime jurídico próprio dos servidores civis, razão pela qual as reformas constitucionais insertas pelas Emendas 41/2003 e 47/2005 destinam-se unicamente aos servidores públicos civis. 6. Ressaltam-se, ainda, as disposições da Constituição Estadual da Bahia e do Estatuto dos Policiais Militares que garantem aos membros inativos da Corporação a paridade remuneratória com aqueles que ainda se encontram em atividade. 7. Assim, conforme firme jurisprudência deste Tribunal de Justiça, a Gratificação de Atividade Policial (GAP), por ser paga indistintamente a todos os policiais militares, ostenta caráter genérico, devendo ser estendida também aos inativos. SENTENÇA MANTIDA. APELOS NÃO PROVIDOS. Vistos, relatados e discutidos os autos das APELAÇÕES SIMULTÂNEAS n.º 0173255-79.2003.8.05.0001, figurando como Apelantes e Apelados, ESTADO DA BAHIA e Dionísia Possidônia de Araújo e outros. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em CONHECER OS RECURSOS E NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora. Sala das Sessões, 22 de abril de 2024. Presidente Desª. Joanice Maria Guimarães de Jesus Relatora JG19 Procurador (a) de Justiça PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e não provido

Por Unanimidade Salvador, 22 de Abril de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Terceira Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0173255-79.2003.8.05.0001 Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível APELANTE: ENOQUE MERCES DE OLIVEIRA e outros (12) Advogado (s): PRISCILA AMARAL ALVES, DANIELE DE LIMA CARQUEIJA, BARTOLOMEU JOSE SERAFIM SENA GOMES APELADO: Celina Nascimento de Oliveira e outros (11) Advogado (s): RELATÓRIO Tratam-se de APELAÇÕES SIMULTÂNEAS, interpostas pelo ESTADO DA BAHIA, Dionísia Possidônia de Araújo e outros, em face de sentença (ID 19197860) proferida pelo Juízo de Direito da 8.ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, nos autos da ação ordinária movida por Dionísia Possidônia de Araújo e outros, que julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais nos seguintes termos: Observo, no entanto, que as pensionistas, ao optarem por perceber a GAP III abrem mão, por outro lado, da percepção de Gratificação de Função, FEASPOL, Comando ou qualquer outra gratificação que tenha como fato gerador o exercício de atividade policial, ressaltando-se a Gratificação de Habilitação. (...) Pelo exposto, declaro a inépcia do pedido no que pertine ao pleito de isonomia dos valores das pensões com os dos servidores da ativa, e julgo procedente, em parte, o pleito de pagamento da GAP III, com a compensação antes aludida, nos limites temporais do Decreto 20.910/32, tudo corrigido com correção monetária e juros de mora acima na forma acima indicada. Em suas razões apresentadas no ID 19197863, os autores postulam a reimplantação da HPM e FEASPOL, fundamentando tratar-se de gratificação com natureza diversa da GAP, cabendo a sua acumulação. Postulam, o conhecimento e provimento do apelo para determinar a reimplantação da percepção das gratificações, com pagamento retroativo. Em suas razões (ID 19197862), o Estado da Bahia afirmou que “a legislação invocada pelas acionantes diz respeito tão somente à alteração dos percentuais relativos a Gratificação de Atividade Policial, que foi criada pela Lei Estadual n.º 7.147/97”, não tendo caráter genérico por isso não pode ser estendida aos inativos e pensionistas. Afirmou ainda que “os autores não poderiam ser contemplados com essa extensão, apesar de encontrarem-se na inatividade, pois não poderiam preencher os requisitos exigidos para a incorporação aos seus proventos de uma vantagem que ainda não existia na época que seus maridos faleceram”. Por fim, postulou o conhecimento e provimento do recurso. É o Relatório. Elaborado o relatório, encaminho os autos à Secretaria para inclusão em pauta de julgamento, ressaltando ser cabível a sustentação oral, nos termos do art. 937, VI do CPC. Salvador, 06 de abril de 2024 Desa. Joanice Maria Guimarães de Jesus Relatora JG19 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Terceira Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0173255-79.2003.8.05.0001 Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível APELANTE: ENOQUE MERCES DE OLIVEIRA e outros (12) Advogado (s): PRISCILA AMARAL ALVES, DANIELE DE LIMA CARQUEIJA, BARTOLOMEU JOSE SERAFIM SENA GOMES APELADO: Celina Nascimento de Oliveira e outros (11) Advogado (s): VOTO Presentes os requisitos de admissibilidade conheço do recurso. Defere-se a gratuidade aos apelantes/autores, pois não constam nos autos circunstâncias contrárias ao deferimento, nos termos do art. 98 do CPC. 1. Recurso dos Autores: Na hipótese dos autos, cinge-se a controvérsia quanto ao direito a reincorporação da GHPM e FEASPOL nos vencimentos dos autores – pensionistas e Servidores Públicos Estaduais, pertencentes aos quadros da Polícia Militar do Estado da Bahia, após a edição da Lei n.º 7.145/1997, que suprimiu as gratificações acima listadas, ao argumento de tratar-se direito adquirido. Aplica-se ao presente caso a prescrição do fundo do direito, vez que os Autores

ajuizaram a ação fora do prazo de cinco anos contados da edição da Lei n.º 7.145/97, de 19/08/1997, pois de acordo com a chancela da petição inicial (ID 19197832, fls. 3) a presente ação foi ajuizada em 18/12/2003, fora do prazo quinquenal, previsto no art. 1.º, do Decreto n.º 20.910/32. A matéria foi pacificada no Tema 3 do IRD n.º 0006411-88.2016.8.05.0000, julgado sob o rito dos recursos repetitivos perante este Tribunal, consolidando o entendimento de que a revogação se constituiu em ato de efeito concreto, não cabendo a aplicação da prescrição de trato sucessivo mas a de fundo de direito. Nos seguintes termos: A natureza do ato que extinguiu a gratificação de habilitação policial militar – GHPM, substituindo-a pela gratificação de atividade policial militar – GAP, através da Lei Estadual n.º 7.145/1997, se seria ato de efeitos concretos, de modo a estabelecer o marco prescricional para o ajuizamento das ações que visem a manutenção do pagamento da referida gratificação como a data em que promulgada a norma que a suprimiu, ou seria o caso de reconhecer tratar-se de ato omissivo, que se renova mês a mês, em ordem a viabilizar a aplicação da súmula n.º 85 do STJ. Com efeito a regra criada pela Lei n.º 7.145/1997, em seu art. 12, extinguiu as gratificações denominadas Gratificações de Função Policial Militar e de Habilitação e a FEASPOL: Art. 12. Ficam extintas, a partir da vigência desta Lei, as Gratificações de Função Policial Militar, de Habilitação, de Comando e de Encargos Especiais do Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais – FEASPOL, previstas, respectivamente, nas Leis nos 4.454, de 15 de maio de 1985, 6.403, de 20 de maio de 1992 e 6.896, de 28 de julho de 1995, e cancelados, conseqüentemente, os respectivos pagamentos. (grifei) Pois bem, no julgamento do leading case, restou consolidado tratar-se de ato único de efeito concreto e imediato, extinguindo as gratificações anteriores a partir da edição da Lei n.º 7.145/1997, contando-se da sua edição o prazo prescricional. 2. Recurso do Estado da Bahia: 2.1 Da prescrição de fundo do direito: Em suas razões recursais, o Estado da Bahia sustentou, em caráter preambular, a prescrição do fundo de direito, contando o transcurso de prazo superior a cinco anos entre a transferência dos autores/segurados para a reforma e o ajuizamento do presente feito. Contudo, diversamente do quanto afirmado pelo recorrente, a temática desenvolvida nestes autos não compreende a edição de ato único, mas a percepção contínua de vantagem pecuniária já percebida pelo impetrante em seus proventos de inatividade. Assim, cabível a incidência da prescrição quinquenal atinente às relações de trato sucessivo, abordada na súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça: Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação. (Súmula 85, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/06/1993, DJ 02/07/1993, p. 13283). No mesmo sentido a jurisprudência do STJ: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS. MANDADO DE SEGURANÇA. CORREÇÃO DE ATO OMISSIVO. TRATO SUCESSIVO. DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 83/STJ. (...) II – É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual não se opera a decadência para impetração do mandado de segurança nos casos em que se busca corrigir ato omissivo da Administração, que deixa de observar o princípio constitucional da paridade, porquanto trata-se de relação de trato sucessivo que se renova mês a mês. III – O recurso especial, interposto

pelas alíneas a e/ou c do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte, a teor da Súmula n.º 83. IV – A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada. V – Agravo Regimental improvido. (AgRg no Resp 1510029/CE, Min.Regina Helena Costa, Dje 11/03/2016). 2. Do direito à percepção da GAP: No conjunto probatório dos autos, extrai-se que os autores são militares reformados e pensionistas de militares falecidos. A esse respeito, observa-se que a Gratificação de Atividade Policial Militar fora instituída pela Lei n.º 7.145, de 19 de agosto de 1997 que, em seu art. 6.º dispunha: Art. 6.º – Fica instituída a Gratificação de Atividade Policial Militar, nas referências e valores constantes do Anexo II, que será concedida aos servidores policiais militares com o objetivo de compensar o exercício de suas atividades e os riscos delas decorrentes, levando-se em conta: I – o local e a natureza do exercício funcional; II – o grau de risco inerente às atribuições normais do posto ou graduação; III – o conceito e o nível de desempenho do policial militar. Contudo, da análise da supramencionada norma legal, depreende-se que se limitou a criar a vantagem pecuniária, definindo seus valores iniciais e estabelecendo apenas o seu objetivo – “de compensar o exercício de suas atividades e os riscos delas decorrentes” –, bem assim que para a sua concessão deve-se levar em conta “o local e a natureza do exercício funcional; o grau de risco inerente às atribuições normais do posto ou graduação; o conceito e o nível de desempenho do policial militar”. Para tanto, em seu art. 11, a lei estabeleceu que “os servidores policiais militares da ativa, de todos os postos e graduações, à exceção da graduação de Recruta, farão jus, a partir de 1º de agosto de 1997, à percepção da Gratificação de Atividade Policial Militar, no valor correspondente à Referência I, estabelecida para o respectivo grau hierárquico”. Ademais, em seu art. 12, trouxe previsão unicamente acerca da concessão das referências II e III; in verbis: “Art. 12. As concessões determinadas nos termos do artigo anterior serão revistas pelo Comandante Geral da polícia Militar até a data de 04 de outubro de 1997, para alteração da referência atribuída, na forma a seguir indicada: I – da referência I para a referência II, exclusivamente, para os policiais militares que, em regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais e em razão das atribuições inerentes ao grau hierárquico dos seus cargos, desempenhem atividades de policiamento ostensivo, patrulhamento e rondas, extinção de incêndios, prestação de socorro público, busca e salvamento, bem como, as inerentes ao seu planejamento, coordenação, orientação e controle e outras consideradas de natureza policial-militar; II – da referência I para a III, para os policiais militares que, desempenhando as atribuições definidas no inciso precedente, estejam, por absoluta necessidade de serviço, submetidos ao regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, observada para efeitos desta alteração, a disponibilidade dos recursos alocados para custeio da vantagem na posição referencial mencionada.” Contudo, relegou-se para normatização complementar o cronograma atinente aos níveis de fruição da GAP, divididos de I a V, visto que, nos moldes do art. 10 da lei 7145/97, “o Poder Executivo expedirá regulamento disciplinando o procedimento para concessão e pagamento da Gratificação instituída por esta Lei, definindo a forma de apuração dos critérios que fundamentam a sua atribuição”. Nesse contexto, editou-se o Decreto n.º 6.749, de 12 de setembro de 1997, com o intuito de regulamentar a outorga da GAP, definindo parâmetros e requisitos para essa

finalidade, restringindo-se, entretanto, a determinar a concessão da GAP I e da progressão para a GAP II ou III, de sorte que as referências IV e V somente foram reguladas com a Lei n.º 12.556, de 08 de março de 2012. Da novel legislação, estabeleceram-se requisitos específicos e as datas da progressão para as referências IV e V da GAP, com o adimplemento daquela em 1.º de abril de 2013 (antecipada, com redutor, para novembro de 2012), relegando-se o pagamento da GAP V para 1.º de abril de 2015, sendo garantida sua antecipação parcial em novembro de 2014, in verbis: Art. 3.º – Em novembro de 2012, será concedida antecipação relativa ao processo revisional para acesso à referência IV da GAP, aplicando-se aos valores constantes da tabela do Anexo II o redutor de R\$100,00 (cem reais). Art. 4.º – Os valores da referência IV da GAP, constantes da tabela do Anexo II desta Lei, serão devidos em 1º de abril de 2013, com a conclusão do respectivo processo revisional. Art. 5.º – Em novembro de 2014, será concedida antecipação relativa ao processo revisional para a referência V da GAP, segundo valores escalonados de acordo com o posto ou graduação ocupados, conforme tabela constante do Anexo III desta Lei. Art. 6.º – Os valores da referência V da GAP, constantes da tabela do Anexo II, serão devidos em 1.º de abril de 2015, com a conclusão do respectivo processo revisional. De fato, a Lei n.º 12.566/2012 exigia, em seu art. 8.º, o atendimento dos seguintes requisitos: Art. 8.º – Para os processos revisionais excepcionalmente previstos nesta Lei deverá o Policial Militar estar em efetivo exercício da atividade policial militar ou em função de natureza policial militar, sendo exigidos os seguintes requisitos: I – permanência mínima de 12 (doze) meses na referência atual; II – cumprimento de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais; III – a observância dos deveres policiais militares, da hierarquia e da disciplina, nos termos dos arts. 3.º e 41 da Lei n.º 7.990, de 27 de dezembro de 2001. Parágrafo único – Os requisitos previstos neste artigo serão comprovados com base nos registros relativos ao exercício funcional do Policial Militar mantidos na Corporação, limitados ao tempo de permanência do servidor na referência atual Analisando as disposições normativas, concluir-se-ia pela natureza propter laborem da gratificação vindicada. Entretanto, a partir do julgamento de casos análogos, esta Corte de Justiça consolidou entendimento majoritário concernente ao perfil genérico da GAP, mormente quando se verifica a inércia da Administração Pública quanto à adoção dos procedimentos administrativos indispensáveis ao cumprimento das regras e cronogramas insertos na própria Lei n.º 12.566/2012. A propósito, mencionam-se precedentes deste Tribunal de Justiça da Bahia: MANDADO DE SEGURANÇA. PENSIONISTA DE POLICIAL MILITAR INATIVO. PAGAMENTO DA GAP NOS NÍVEIS III, IV E V. AFASTADAS AS PRELIMINARES. DIREITO À PARIDADE PREVISTO NO ESTATUTO DA CORPORACÃO. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GENÉRICO. 1. Tratando-se de relação de trato sucessivo, rejeitam-se as prejudiciais de inadequação da via eleita, decadência e de prescrição total, à luz da mesma inteligência do Enunciado n. 85 do STJ. 2. A Constituição Federal reservou aos militares regime previdenciário distinto dos servidores civis. Efetivamente, as sucessivas reformas constitucionais deixaram expresso que os milicianos possuem disciplina legislativa previdenciária reservada aos Estados. 3. Nesse contexto, as regras de transição previstas nas ECs n. 47/2005 e 41/2003 destinam-se unicamente aos servidores públicos civis, incluídos os policiais civis dos estados, não se aplicando, porém, à inatividade e à pensão de militares, que demandariam regras de transição específicas, regidas pela legislação estadual, em razão de expressa disposição

constitucional. 4. O Estatuto da corporação baiana continua a replicar o regramento da Constituição Federal anterior à EC 41/03, ou seja, garante aos policiais militares a paridade remuneratória com os servidores em atividade. 5. Consoante firme jurisprudência desta Corte de Justiça, a GAP, por ser paga indistintamente a todos os PMs, ostenta caráter genérico, devendo ser estendida aos inativos. Não se faz possível, todavia, sua cumulação com a GFPM e com a GHPM. 6. Preliminares rejeitadas. Segurança parcialmente concedida. (Classe: Mandado de Segurança, Número do Processo: 8028207-91.2019.8.05.0000, Relator: JOSE EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, Publicado em: 23/07/2020). EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR INATIVO. DIREITO À GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL (GAP) REFERÊNCIAS IV E V. LEI Nº. 12.566/2012. PRELIMINAR REJEITADA. REGULAMENTAÇÃO. EXTENSÃO AOS INATIVOS. REGRAS DE TRANSIÇÃO. INAPLICABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. A pretensão do autor é de recebimento de prestação periódica, baseando-se, portanto, em relação jurídica de trato sucessivo, cujo direito se renova mensalmente, não havendo prescrição do direito em si, mas apenas das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio em que a ação foi intentada. Considerando a natureza genérica da GAP, porque, concedida indistintamente a todos os policiais militares da ativa, bem como a sua regulamentação a partir da edição da Lei nº 12.566/2012, afigura-se inquestionável o direito do apelado ao recebimento desta na referência IV, a partir de 01 de novembro de 2012, e na referência V, a partir de novembro de 2014, nos termos da supra citada legislação. Ressalta-se ainda que as reformas constitucionais insertas pelas Emendas 41/2003 e 47/2005 destinam-se unicamente aos servidores públicos civis. O Estatuto da Polícia Militar do Estado da Bahia replica o regramento da Carta Magna anterior à EC 41/03, ou seja, garante aos policiais militares a paridade remuneratória com os servidores em atividade. Assim, o autor, na condição de servidor militar, faz jus à paridade remuneratória entre ativos e inativos, independentemente da data de aposentação. Recurso Improvido. Sentença Mantida. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0531509-49.2015.8.05.0001, Relatora: ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA, Publicado em: 17/03/2020). APELAÇÕES CÍVEIS SIMULTÂNEAS. AÇÃO ORDINÁRIA. DIREITO ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR INATIVO. PRELIMINARES. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRESCRIÇÃO. AFASTADAS. PERCEPÇÃO DA GAP NAS REFERÊNCIAS IV E V. DIREITO À PARIDADE REMUNERATÓRIA. NATUREZA GENÉRICA DA GAP. PRINCÍPIO DO COLEGIADO. ADOÇÃO. PRECEDENTES TJBA. INAPLICABILIDADE DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS AOS MILITARES. DIREITO À PARIDADE ASSEGURADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL À LEGISLAÇÃO PRÓPRIA DOS ESTADOS. LEI ESTADUAL ESPECÍFICA DOS MILITARES. ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA BAHIA. REEXAME NECESSÁRIO. OBSERVÂNCIA DO CRITÉRIO CRONOLÓGICO ESTABELECIDO PELA LEI Nº 12.990/2012. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. IPCA-E. CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DO STJ E STF. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. Rejeitam-se as preliminares de impossibilidade jurídica do pedido e da prescrição de fundo de direito. A primeira por confundir-se com o mérito, que discute o direito à percepção da GAP IV e V por policial inativo. A segunda em razão das verbas ora requeridas em Juízo, pois referem-se a obrigação de trato sucessivo, cujas prestações vão vencendo e sendo adimplidas mês a mês. Assim, encontram-se prescritas apenas as parcelas vencidas fora do prazo quinquenal retroativo a contar da data da propositura da demanda. 2. Em relação aos servidores da reserva, não abrangidos pela Lei nº 12.566/2012, este Tribunal possui o firme

entendimento no sentido de que a GAP em seus níveis IV e V, em tese, é extensível a pensionistas e inativos. No entanto, a análise do direito à paridade remuneratória requer a reunião dos requisitos para aposentação que, em atenção ao Princípio do Colegiado, este Julgador passa a adotar a tese acolhida pela maioria dos Julgadores desta Corte, insculpida pelos artigos da Constituição Federal, § 1º do art. 42 e no § 3º, inciso X, do art. 142 cumulados com o art. 48 da Constituição Estadual e do art. 121 do Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia. 3. Quanto ao índice de correção monetária, a sentença merece reforma para fixar o IPCA-E, em consonância com o entendimento pacífico do STJ e do STF, inclusive após o julgamento dos Embargos de Declaração manejados nos autos do RE 870.947/SE, ocorrido em 03/10/2019, ocasião na qual a Corte Suprema rejeitou o pedido de modulação formulado pela Fazenda Pública. Honorários majorados. APELO DO ESTADO DA BAHIA NÃO PROVIDO. APELO DO AUTOR PROVIDO. (Classe: Apelação / Reexame Necessário ,Número do Processo: 0546692-55.2018.8.05.0001, Relator: MOACYR MONTENEGRO SOUTO, Publicado em: 09/03/2020). No que pertine ao pagamento da gratificação requerida aos militares inativos, pondero que a jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça desvinculou as alterações normativas inauguradas pela Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005, no que toca à inaplicabilidade da supressão da regra de paridade entre servidores ativos e inativos, tendo em vista que, a partir da EC18/98, os militares deixaram de figurar no rol dos servidores públicos, cabendo-se-lhes, por conseguinte, disciplina normativa específica e desatrelada do funcionalismo civil. A propósito, transcrevem-se os dispositivos insertos pelas emendas constitucionais, bem como a regra específica dos militares quanto ao ingresso na inatividade: EC 20/98, Art. 1.º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações: [...] "Art. 42 - § 1.º - Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. § 2.º - Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º." (grifos aditados) EC 41/03, Art. 1.º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações: [...] "Art. 42. § 2.º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal." (NR) (grifos aditados). CF/88, Art. 142 [...] § 3.º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: [...] X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (grifos aditados) Considerando os princípios hermenêuticos, deve-se ressaltar que o texto normativo não contém palavras ou expressões desnecessárias, razão pela qual se reconhece a disparidade entre o regime jurídico funcional e também previdenciário entre os servidores públicos civis e os militares, sendo forçoso reconhecer que as regras de transição previstas nas ECs n.º 47/2005 e n.º 41/2003 destinam-se unicamente aos servidores públicos civis, afastando-se, por conseguinte, a situação dos policiais militares e respectivos

pensionistas, para os quais remanesce o direito à paridade entre atividade e inatividade, independentemente da data em que se deu a transferência para a reserva remunerada ou a concessão da pensão por morte. Nesse passo, cabe ainda destacar a redação da Constituição do Estado da Bahia tangente ao regime de inatividade dos Policiais Militares, in verbis: Constituição do Estado da Bahia, Art. 48 – Os direitos, deveres, garantias, subsídios e vantagens dos servidores militares, bem como as normas sobre admissão, acesso na carreira, estabilidade, jornada de trabalho, remuneração de trabalho noturno e extraordinário, readmissão, limites de idade e condições de transferência para a inatividade serão estabelecidos em estatuto próprio, de iniciativa do Governador do Estado, observada a legislação federal específica. De igual sorte, a Lei Estadual n.º 7990/2001 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia) garante aos milicianos inativos, a paridade remuneratória com aqueles que ainda se encontram em atividade. Lei n.º 7.990/2001 – Art. 121 – Os proventos da inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos policiais militares em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos policiais militares em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei. Por tais razões, os integrantes da PMBA ainda gozam de tal direito, a despeito da supressão realizada pelo poder constituinte derivado em relação aos servidores civis. Até que haja nova reforma constitucional ou legislativa, portanto, os milicianos não estão sujeitos às regras de transição da Constituição Federal. Assim, cabível a implementação da GAP III, conforme determinado na sentença. Ante todo o exposto, voto no sentido CONHECER OS RECURSOS E NEGAR PROVIMENTO AO APELO DOS AUTORES E DO ESTADO DA BAHIA, mantendo a sentença por seus termos e fundamentos. Salvador, 22 de abril de 2024. Des<sup>a</sup>. Joanice Maria Guimarães de Jesus Relatora JG19